

DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS PARA O LAZER NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS¹

Maurício Roberto da Silva*

Espaço e Sociedade Possíveis Reflexões

O objeto de estudo aqui proposto “Democratização dos Espaços Urbanos para o Lazer” na cidade de Florianópolis, remete-nos imediatamente à reflexão sobre os espaços do homem na sociedade: na escola, na rua, no partido, no sindicato. Porém, antes de discutir as questões polêmicas do “Espaço de lazer”, é preciso refletir sobre o espaço geográfico, social político e econômico. Sem dúvida, o espaço merece uma abordagem interdisciplinar com a contribuição das outras áreas de conhecimento, como por exemplo, a Filosofia, Geografia Crítica, a História, o Urbanismo, a Arquitetura, a Sociologia. A discussão do espaço merece um tratamento não mais mecânico, ao contrário, deve ser percebido numa perspectiva dialética. Neste sentido, a dimensão espacial passa necessariamente pela via da interdisciplinariedade, enquanto elemento totalizante, capaz de explicitar melhor o fenômeno espacial no âmbito das ciências:

*“A explicação para muitos dos fenômenos correspondentes a uma dada Ciência é muitas vezes encontrada fora do âmbito dessa Ciência. Em outras palavras: só ficamos confinados à Sociologia para explicar o fato social; à Economia, para compreender os fenômenos econômicos; à Geografia para interpretar as realidades geográficas, acabamos na impossibilidade de chegar a uma explicação válida. Não há porque temer a invasão do “campo” de outro especialista”.*²

O espaço geográfico deve ser considerado como categoria filosófica, uma vez que a preocupação dominante, nas primeiras filosofias, era a questão espaço-tempo, cujos questionamentos possuem dimensões tanto epistemológicas como políticas.

Espaço e tempo são elementos inseparáveis denotando unidade nesta relação, cuja intervenção dos homens e mulheres na história, constroem cultura, através de movimento, mutação e utopia.³

* Professor do Departamento de Recreação e Prática Desportiva/Centro de Desportos e Membro do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina.

O crescimento do capitalismo engendra uma forma particular de organização de espaço, imprescindível à sua recuperação e à produção das relações econômicas, sociais e políticas. O espaço deve ter alicerces verdadeiramente humanos, que una os homens pelo seu trabalho, sem dividi-los em classes, em explorados e exploradores. Um espaço reprodução da vida, e não uma mercadoria, o homem fetichizado. Tudo conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento do capital e às suas distorções. Sem reformular a organização do espaço é impossível o projeto emancipatório da sociedade, é preciso então uma "dimensão espacial do problema distributivo", abandonado-se a ótica da produtividade econométrica, para uma "produtividade do espaço", mudando estruturalmente o espaço.⁴

O entendimento da função do político na construção e estruturação do espaço humano não se restringe apenas às análises de cunho econômico (relações de produção e propriedade), interesses econômicos. É preciso entender o político com uma dimensão essencial da totalidade social e com um papel fundamental na organização do espaço social. Pensar o espaço significa pensá-lo a partir do campo de ação política, considerando as relações de poder que sobre ele (o espaço) incidem transformando-o em instrumento através do qual se exerce poder. O papel exercido pelo poder no espaço desempenha uma função importante na sobrevivência e manuten-

ção da sociedade capitalista (Ex.: os "templos de consumo" - Shopping Center, nas grandes cidades).⁵ Não se pode mais pensar e compreender o processo de produção do espaço do homem a partir, exclusivamente, das relações de produção e trabalho. Seria mais sugestivo e desvelador adquirir uma sensibilidade para a dimensão política, tentando desmistificar as relações de poder sobre o espaço enquanto campo privilegiado da dominação e da manutenção da ordem vigente. Por essa razão é preciso compreender a esfera de ação do político, enquanto condições prévias para penetrarmos na intimidade da lógica que ordena a produção do espaço social.

Para refletir sobre a questão do espaço como instância privilegiada de poder, convém voltar os olhos para o século XVIII, onde a escola seguia os ditames do espaço celular dos quartéis e das prisões, com o objetivo de vigiar e tornar mais econômica a atividade corporal dos indivíduos. Desta forma os espaços cumpriam a função de disciplinar os corpos e ajustá-los à ordem econômica e social vigente.⁶

A cidade é uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo da cidade e expropria o cidadão das relações sociais, constituindo-se na expansão da exploração social e econômica. É preciso compreender que o espaço urbano aloja em seu bojo injustiças, como por exemplo, a posse da terra e do teto, fruto das diferenças de classe, pela exploração do homem pelo homem que alijam o cidadão do

direito de espaços dignos para morar, condições dignas de saúde e, por conseguinte, uma condição básica para perceber o fenômeno da marginalidade urbana e suas repercussões no processo social. Kowarick, em sua obra "Espoliação Urbana", centrada principalmente no espaço urbano paulistano, nos mostra a noção de "espoliação urbana" e, subjacente a ela, a verificação de que forma a atual expansão capitalista, sob o impulso das grandes empresas concentradas no ponto de vista do investimento e concentradoras de renda e de populações, reordenam as relações sociais de exploração e fazem controle da terra urbana e dos recursos de infraestrutura das cidades, poderosos instrumentos para a espoliação social. O autor focaliza nesta obra o ângulo de trabalho e da vida urbana, alguns aspectos de uma expansão capitalista que adquiriu feições nitidamente selvagens (Ex.: favelas, palafitas, etc.), que se expressam tanto na deteriorização social como nas condições de transporte, habitação, saúde, saneamento e outros componentes básicos para a reprodução do trabalho e qualidade de vida. O processo de espoliação urbana, é fruto da ausência de uma Política Social que, por sua vez, dá origem a uma produção de espaço na natureza visivelmente segregadora.⁷ As relações do lazer com o espaço, face à espoliação urbana, se vêem ameaçadas frente à fúria capitalista, via especulação imobiliária, que se dá na medida em que espaços outrora utilizados para as "pelas" e outras práticas de lazer são

ocupados, "invadidos" pelos "espigões" e Shopping Center. Quanto mais a especulação imobiliária constrói seus edifícios, "valorizando" determinados espaços onde se dão as práticas populares de lazer, mais a classe trabalhadora pobre vai sendo empurrada para a periferia, em condições sub-humanas de habitação, saneamento e lazer.⁸ Não existe claramente uma sintonia entre a política urbana e a política social, fato este que exclui a maioria dos cidadãos do processo de construção dos destinos histórico-culturais da cidade, do país.

Os direitos do cidadão, tanto os direitos humanos que pressupõem o direito à vida, à saúde, à moradia, quanto os direitos civis que acentuam a liberdade, igualdade jurídica, justiça que, a partir do século XVIII, foram sendo progressivamente adotados nos países capitalistas desenvolvidos, todos são, pois, proposições da democracia burguesa. Aliás, os direitos do homem e do cidadão foram reafirmados pela ONU, após a segunda Guerra Mundial. Apesar disso o Brasil, país capitalista, caracteriza-se por ser uma sociedade autoritária e hierarquizada em que os direitos do homem e do cidadão simplesmente não existem. Não existem para a elite, de vez que ela não precisa de direitos porque tem privilégios. Não existem para a imensa maioria da população sofrida, pois suas tentativas de conseguí-los são sempre encarados como problemas para a polícia e tratados com todo o rigor pelo aparelho repressor do Estado.⁹

Para que seja possível um projeto utópico de redistribuição e reordenação dos espaços, enquanto fator de exercício da cidadania no contexto deste quadro de dominação, acredito que seja preciso retomar a cidadania em sua acepção clássica. O sentido da palavra cidadania deverá permitir aos cidadãos, com seus direitos e deveres, participarem não só da criação das obras sociais como do controle destas obras.¹⁰

Para a concretização desse projeto emancipatório considero importante um trabalho articulado com os movimentos sociais, com base nos fundamentos da Educação Popular, através de uma Pedagogia Política da participação.¹¹ Para que a democratização dos espaços, tanto para o lazer, quanto para as demais questões básicas da cidadania, torne-se efetivamente um processo utópico de mudanças, é preciso pois, o exercício da democracia ou da participação democrática na busca de soluções coletivas para os problemas cruciais existentes nas cidades.

Democratização dos Espaços Urbanos para o Lazer

Democratizar se tornou, na sociedade brasileira, por um lado um grito de resistência contra as injustiças sociais cometidas pelo Estado brasileiro contra seu povo, através do projeto neoliberal. Por outro, um chavão repetitivo da própria elite po-

lítica, com suas promessas de participação popular. Democratizar então tornou-se uma “palavra de ordem” com vieses de manutenção da ordem vigente, através do lema “para todos”, ou de emancipação e resistência sócio-política. Demo (1985), ao referir-se às políticas sociais, adverte sobre a pobreza política das propostas por carecerem, cada vez mais, de participação efetiva da população no processo decisório, enquanto conquista e não concessões do Estado. O que se percebe na prática é que, enquanto existe um esforço coletivo de alguns setores da Sociedade Civil em reordenar as políticas sociais com base na cultura popular e na emancipação, existem, por outro lado, instituições que insistem em desenvolver políticas públicas de natureza assistencialista com o objetivo de manter, cada vez mais, o “status-quo”.¹²

As políticas sociais devem refletir o esforço planejado e coletivo na redução das desigualdades sociais e, para tanto, é imprescindível o impacto redistributivo e autopromotor da sociedade, sobretudo dos chamados “carentes”. Assim, só é política social aquela que reduz as desigualdades sociais. Neste sentido a política social deve balizar-se em três dimensões:

1) *Sócio-econômica* - está centralizada na ocupação/renda. O assistencialismo, a reprodução sistêmica e a tendência compensatória são mais decisivamente superados através da inserção satisfatória no mercado de trabalho. Pode-se dizer que a maneira do pobre se auto-sus-

tentar é prioritariamente condicionada pela situação de emprego e renda.

2) *Assistencial* - são grupos populacionais que não podem auto-sustentar-se. É o caso de crianças, idosos, inválidos, deficientes, mendigos de certos grupos de risco, flagelados, etc. A delimitação de tais grupos é sempre problemática, mas é fato que toda sociedade reconhece como assistí-los em quantidade e na qualidade devidas.

É típica de uma postura assistencialista, contudo, reservar para o pobre uma situação sub-humana. Ademais, paga-se a esmola com a subserviência.

3) *Política* - centra-se no fenômeno da participação. É através dela que o indivíduo se autopromove e se torna dono de seu próprio projeto. Ela é ainda uma forma de co- e de autogestão e uma possibilidade de auto-sustentação. Trata-se de um processo histórico infundável, que faz da participação um segmento de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Existe somente na medida da sua própria conquista. O planejamento participativo busca ser uma forma de antiplanejamento, pois aposta em mudanças, mesmo que sejam paliativas. Assim, consideramos o planejamento como um instrumento de participação, não somente no sentido de provocar processos participativos, mas igualmente no sentido de colaborar em sua motivação. Participação é um processo de conquista que não só inclui alguns interessados da comuni-

dade, mas todos. O problema começa já na dificuldade de nos fazer comprometidos com níveis de pobreza, cujos "culpados" costumamos buscar fora de nosso grupo social.¹³

Essas reflexões iniciais são importantes uma vez que o projeto neoliberal defende cada vez mais as privatizações, desde a Universidade, passando pelos espaços culturais do lazer, na medida em que a maioria da classe trabalhadora não tem acesso ao usufruto, ao consumo dos bens culturais produzidos por ela própria. Então "democratizar o lazer implica em democratizar o espaço"¹⁴, e os espaços urbanos estão cada vez mais comprometidos, ou melhor, "ocupados" pelo poder econômico, como é o caso da especulação imobiliária. As áreas livres para o futebol de várzea, por exemplo, estão cada vez mais cedendo terreno para avenidas, prédios, shopping e indústrias. Isso tudo resulta na redução dos espaços para o lúdico, que concomitantemente está diretamente ligada com a redução de tempo do trabalhador que vive em áreas cada vez mais distantes do local de trabalho, além de receber um subsalário. O que ainda resta para as camadas populares, em relação aos equipamentos naturais de lazer, são os poucos espaços para o futebol de várzea e as praias, onde os "farofeiros" ainda frequentam, mesmo considerando o preço do transporte urbano.

Considero relevante refletir o lazer enquanto tempo-espaço e no eixo "tempo disponível-espaço disponível"

para que a cultura lúdica possa se materializar de maneira crítica e criativa. Para que o “tempo disponível” possa efetivar-se enquanto “tempo efetivamente livre” é preciso, ao meu ver, que haja ruptura das relações de produção nos moldes capitalistas. O que se observa é que o “tempo” está sempre “comprometido” não só qualitativamente, como quantitativamente. Quantitativamente na medida em que a política injusta de salários obriga, a maioria da classe trabalhadora, a fazer horas extras (bicos, biscates, subempregos), para sobreviver. Esse tempo, então, não é livre, não é um tempo para exercitar as liberdades democráticas, numa escolha individual e/ou coletiva, mas sim de um tempo cada vez mais comprometido com esquemas de produção capitalista.

A questão da democratização espacial do lazer deve ser pensada à luz da reflexão de que o espaço urbano se constitui um bem econômico e um produto a mais no mercado, com valorização absurda das áreas centrais, inviabilizando a construção de equipamentos públicos e incentivando o crescimento vertical. Outro fator determinante é o crescimento horizontal exagerado das metrópoles, passando a ser uma necessidade de lucro, ampliando-se a malha urbana, além dos limites necessários, tendo em vista a reserva de áreas para a especulação imobiliária, o que dificulta a extensão de recursos e de serviços às regiões periféricas, cada vez mais afastadas. A lógica da urbanização, então, é regida sob a lógica

imediatista e o espaço, sob a lógica utilitarista. As consequências dessa mercadorização dos espaços urbanos são, por exemplo, a privatização dos espaços naturais, descaracterização do patrimônio ambiental urbano, destruição da cultura popular com todos os seus valores e símbolos e, conseqüentemente, um isolamento das pessoas, pois lhes sobra pouca ou nenhuma oportunidade espacial de convivência social.¹⁵

Uma questão que precisa ser lembrada aqui é quanto aos programas de lazer oferecidos enquanto verdadeiros “pacotes de lazer” nos espaços (tais como rua de lazer, praças e parques) sem que haja questionamento, isto é, um programa onde a participação dos indivíduos se dá de forma conformista, gerando apenas o consumo da atividade em si. Desta forma, estes programas não tem a preocupação com o desenvolvimento cultural das populações carentes. Bruhns questiona “a proposta carente” de lazer e os espaços de lazer dos carentes, dizendo que: “Se por um lado existe uma carência em termos de satisfação de necessidades (...) nas camadas populares, por outro lado, percebe-se a pobreza de propostas num trabalho que não deve ser ‘para elas’ mas ‘com elas’, ‘a partir delas’”.¹⁶ Seguindo esta linha de raciocínio, os projetos urbanísticos para o lazer (parques, praças, centros sociais urbanos, quadras, campo de futebol, ginásios de esportes, estádios, etc.), são construídos também com intenções político-eleitorais, utilizando os recursos públicos na cons-

trução de espaços e equipamentos de fachada e onde, quase sempre, realizam os eventos de massa. Tais equipamentos não tem vida longa, pois são “depredados” pela população, cuja educação para a manutenção deve começar no processo de participação do planejamento do espaço. Por outro lado, existe, na maioria das cidades brasileiras, principalmente as de porte médio e grande, a tendência da priorização da construção de espaços para o lazer próximo as áreas nobres (Ex.: pistas e percursos para caminhada, equipamentos para musculação e ginástica, jardins floridos, etc.) em detrimento das zonas periféricas onde estão situadas as pessoas de baixa renda, e onde grassam miséria, doença, fome e abandono.

As condições de habitação nas periferias das cidades são cada vez maiores devido, não só à especulação imobiliária, mas também ao êxodo rural que empurra para as cidades uma grande massa de trabalhadores “sem terra” e candidatos a “sobreviverem sem teto”, ou seja, sem espaços ou em espaços cada vez mais exíguos, como é o caso das favelas e dos barracos improvisados. É nesse limiar que acredito seja necessário repensar os equipamentos urbanos para o lazer, cujas possibilidades de utilização e vivência ficam sempre mais restritos ao acesso às poucas escolas públicas (auditório, pátios e quadras), cujas instalações encontram-se abandonadas e deterioradas por falta de verbas ou pela indignação da população que as depreda, pois, nelas entra e não permanece, evade-se.

Os espaços urbanos para o lazer, para serem democratizados, precisam primeiramente estar articulados com outros projetos sociais interdisciplinares que dêem conta de discutir outras questões da dignidade da cidadania (Ex.: habitação, saúde, educação) e, ao mesmo tempo, buscar elementos para a superação (a curto, médio e longo prazos) das distorções entre as classes sociais. Estas distorções, no que se refere ao acesso aos espaços e equipamentos de lazer, são constatadas na contradição que se apresenta entre o lazer das elites e o das camadas populares. Enquanto os empresários paulistas vão semanalmente a Miami ou Nova York, suas mansões são verdadeiros clubes com piscina, sauna, vídeo-games, playgrounds, etc. e ainda frequentam clubes “privês”, as pessoas das camadas populares sequer tem tempo e dinheiro para consumir as ofertas do mercado da indústria do lazer (viagens, shows, e espetáculos, etc.).

No sentido apenas de provocar uma reflexão parcial sobre a utilização dos equipamentos de lazer, sobre a vivência e acesso de alguns conteúdos ou interesses culturais do lazer pelas populações que vivem nas periferias da cidade, apresento a seguir, o quadro de “classificação dos lazeres”.¹⁷

A vivência dos interesses/conteúdos culturais do lazer é proporcionada para uma minoria, que engorda as instituições privadas exploradoras do mercado (hotéis, clubes e outros). A minha intenção aqui é refletir se os

conteúdos produzidos pela humanidade, ao longo da história, são “consumidos” pela maioria de trabalhadores, homens, mulheres, crianças, adolescentes, deficientes, etc. Além disso reflito, a partir desse quadro, se a qualidade dos lazeres oferecidos objetiva uma efetiva animação cultural, uma ação cultural ou, ainda, uma reprodução cultural, esta última entendida quase como um sinônimo de anti-lazer, cujos princípios éticos norteadores são a imitação dos modismos da cultura de massa, falta de autonomia, liberdade, criatividade, autoritarismo, gratuidade, etc.

Não pretendia fazer nenhum ensaio de hermenêutica crítica sobre a questão dos conteúdos culturais do lazer, apenas situar como a democratização dos espaços está intimamente ligada a fatores como: a utilização dos equipamentos e o acesso aos bens culturais do lazer.

No sentido de ampliar as minhas posições críticas sobre “a democratização dos espaços urbanos para o lazer”, gostaria também de anunciar as possibilidades de mudança e resistência que, no meu entender, devem ser encetadas a curto, médio e longo prazos. Entendo que os projetos de lazer, com vistas à conquista de novos espaços (físicos, criativos, políticos, artísticos e éticos), só serão possíveis pela via de um projeto social que considere o lazer e suas interfaces com as políticas sociais para Educação, Saúde, Trabalho (geração de novos empregos e a minorização do desemprego) e Habitação. Vejo, finalmente, que os movimentos sociais, através dos partidos, sindicatos, associação de moradores, universidades e Sociedade Civil em geral, devem discutir e exigir a inclusão e a valorização do lazer em paridade com os quatro aspectos ou necessidades básicas de

CLASSIFICAÇÃO DOS LAZERES			
DUMAZEDIER	KAPLAN	MAW	TIME BUDGET
Interesses artísticos Conteúdo estético	Arte	Teatro-Leitura Divertimentos passivos	Cinema-Teatro Leitura
Interesses intelectuais Conteúdo cognitivo	Associação e “imobilidade” Dirigir por prazer	Conversas-Rádio Leitura-Alguns hobbies	Conversação-Leitura Cinema-Rádio- Hobbies
Interesses manuais Conteúdo: ações das mãos	Movimento	Faça você mesmo Jardinagem-Hobbies	Hobbies
Interesses físicos Práticas Esportivas	Movimento e Jogos	Esportes e jogos	Esportes Passeio a pé
Interesses sociais Conteúdo: relacionamentos	Sociabilidade Associação	Conversas-Festas Comer-Fora	Vida social- Conversação

vida acima mencionadas.

Democratizar o espaço é humanizá-lo e humanizá-lo é redefinir valores, ou seja, romper com o jogo do mercado e buscar construção de um social alternativo.

Notas Bibliográficas

- ⁰¹ Este texto traduz apenas algumas idéias do Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação /FEF/UNICAMP, como pré-requisito para a seleção de Doutoramento em Educação Física/Área de Concentração: Estudos do Lazer/Linha de Pesquisa: "Políticas e Diretrizes de Ação no Campo do Lazer".
- ⁰² Whithehed apud Santos (1986, p. 101)
- ⁰³ Santos (op. cit., p. 09)
- ⁰⁴ ibid. (p. 53)
- ⁰⁵ Silva (1988, p.p. 69 - 71)
- ⁰⁶ Foucault (1986, p.p. 125 - 152)
- ⁰⁷ Kowarick (1980, p.p. 09 - 11)
- ⁰⁸ ibid.
- ⁰⁹ Buffa (1987, p. 28)
- ¹⁰ Kowarick (1980, p. 09)
- ¹¹ Para buscar esses fundamentos vou considerar as obras de Brandão, Freire, Demo e outros.
- ¹² Demo (1986, p. 92)
- ¹³ Ibid.
- ¹⁴ Marcellino (1983,p. 67-81)
- ¹⁵ Marcellino (Op. cit., 1983, p.58-59).

¹⁶ A autora faz estes questionamentos no texto "A Proposta Carente" de Lazer X Espaço de Lazer dos Carentes:1990, p.210-214.

¹⁷ Bacal apud. Santini (1994, p.48)

Bibliografia

- BRUNHS, Heloisa. A proposta "Carente de Lazer X Espaço de Lazer dos Carentes. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Vol. 11, nº 3, São Paulo: ICEA - Grafica e Editora, 1990.
- BUFFA, Ester et. alii. *Educação e Cidadania: Quem educa o Cidadão ?* São Paulo: Cortez, 1987.
- CASTELLS, Manuel. *La Question Urbana*. México: Siglo Veintiuno editores, 1978.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GOMES, Paulo César C. e COSTA, Rogério H. O espaço na modernidade. In: *O Espaço em Questão*. São Paulo: Ed. Terra Livre, 1988.
- KOWARICK, Lúcio. *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LÔWY, Michel. *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Introdução às Ciências Sociais*. (org.) Campinas: Papirus, 1987.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papirus, 1983.
- _____. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Vol. 12, nº 1/3, p. 313-317, 1992.
- _____. *Pedagogia da Animação*. São Paulo: Papirus, 1990.
- PIACENTINI, Telma Anita. *O Morro da caixa D'água: O significado Político-pedagógico dos Movimentos de Educação Popular na Periferia de Florianópolis*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.
- REQUIXA, Renato. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SANTINI, Rita de Cássia G. *Dimensões do Lazer e da Recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas*. São Paulo, Ed. Angelotti, 1993.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SILVA, Mario César T. O papel do Político na Construção do Espaço dos Homens. In: *O espaço em questão*. São Paulo, Ed. Terra Livre, 1988.
- SILVA, Maurício Roberto da. Anteprojeto de pesquisa: *Socialização dos Espaços Urbanos para o Lazer na cidade de Aracajú*. UFS/Sergipe, 1991
- _____. (org.). *Iniciação a Pesquisa Científica em Lazer no Âmbito da Disciplina Recreação*. Aracajú (Universidade Federal de Sergipe, CCBS/ Departamento de Educação Física, 1993.
- _____. Redimensionamento da Concepção de Recreação no Curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Sergipe: em busca de novos paradigmas científicos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Vol. 13, nº 1, 1991.
- _____. *Relatório da Defesa de Dissertação de Mestrado: Ideologia e prática de Educação Física*. Santa Maria: Mimeo, 1990.
- VALA, Victor Vicente (org.). *Sociedade e Espaço*. Geografia Geral e do Brasil. Ed. Ática, 16ª ed., 1990.
- YURGEL, Marlene. *Urbanismo e Lazer*. São Paulo: Ed. Nobre, 1983.
- ZALUAR, Alba. O Esporte na Educação e na Política Pública. In: *Sociedade e Educação*, São Paulo, Ed. Papirus, 1991.